



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Processo nº 5969/2013
Tomada de Preços nº 06/2013
Contrato nº 66/2013

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO-SEDE DE VARA DO TRABALHO DE BATAGUASSU, QUE ENTRE SI FIRMAM O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO E A EMPRESA TECNICA ENGENHARIA LTDA. – EPP

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**, inscrito no CNPJ/MF sob o n. 37.115.409/0001-63, situado na Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira nº 208, Jardim Veraneio, em Campo Grande-MS, neste ato representado pelo Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, Desembargador FRANCISCO DAS CHAGAS LIMA FILHO, portador da Carteira de Identidade n. 239.308 SSP/DF e do CPF n. 067.715.641-34, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **TEKNICA ENGENHARIA LTDA. EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 26.854.026/0001-90, com sede na Avenida Três Barras, 1.429, Bairro Residencial Itatiaia, em Campo Grande - MS, neste ato representada pelo Sr. JARY DE CARVALHO E CASTRO, portador do RG nº 1.932.282 SSP/MS e do CPF nº 257.146.351-91, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si ajustado o presente contrato, que se regerá pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observadas as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de engenharia para a execução da obra de construção do prédio-sede da Vara do Trabalho de Bataguassu.

§ 1º A obra será realizada no terreno situado à Avenida Campo Grande esquina com a Rua Odorilho Ferreira, em Bataguassu-MS.

§ 2º Os serviços serão prestados por meio de regime de execução indireta, empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO

Para a presente contratação foi instaurado processo licitatório na modalidade Tomada de Preços, tipo menor preço, de acordo com o disposto na Lei nº 8.666/93, por meio do Processo TRT nº 5969/2013, ficando este instrumento vinculado ao edital da Tomadas de Preços nº 06/2013 e à proposta da CONTRATADA.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 5969/2013
Tomada de Preços nº 06/2013
Contrato nº 66/2013**

CLÁUSULA TERCEIRA - DA SUJEIÇÃO DAS PARTES ÀS NORMAS LEGAIS E CONTRATUAIS

As partes declaram-se sujeitas às normas previstas na Lei nº 8.666/93, nas cláusulas deste contrato e naquelas constantes do Edital do Tomada de Preço nº 06/2013 e seus anexos, que fazem parte integrante deste instrumento, juntamente com a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente do objeto desta licitação correrá à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do CONTRATANTE, no Programa de Trabalho Resumido PTRES 059978 (Adaptação do Edifício Sede da Vara do Trabalho de Bataguassu - MS, conforme a Nota de Empenho nº 2013NE001827, emitida em 24.12.2013, no valor de R\$ 1.005.226,58 (um milhão, cinco mil, duzentos e vinte e seis reais e cinquenta e oito centavos)

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O presente contrato terá início a partir de sua assinatura até o adimplemento total das obrigações da CONTRATADA perante o CONTRATANTE.

§ 1º Os serviços deverão ser iniciados no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos após a emissão da Ordem de Início dos Serviços.

§ 2º O prazo para a conclusão da obra, obedecida a regra estipulada no subitem anterior, será de, no máximo, 240 (duzentos e quarenta) dias consecutivos.

§ 3º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

- a) alteração do projeto ou especificações, pela Administração;
- b) superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- c) interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;
- d) aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93;
- e) omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 5969/2013
Tomada de Preços nº 06/2013
Contrato nº 66/2013**

§ 4º No caso previsto na alínea "b", ficará a cargo da licitante vencedora comprovar a ocorrência superveniente de fatos excepcionais ou imprevisíveis, devendo formular requerimento de prorrogação dos prazos de início de etapas de execução, de conclusão ou de entrega dos serviços, contemporâneo às ocorrências.

§ 5º Os serviços deverão ser realizados em horário comercial e observarão, rigorosamente, os prazos e as quantidades previstas. A alteração de horário poderá ser ocorrer em comum acordo entre a fiscalização e a empresa contratada desde que não haja ônus para o TRT.

§ 6º Não serão computados nos prazos contratuais os dias de fortes chuvas ou de calamidade pública, impeditivos à execução dos serviços, devidamente comprovados e abonados pela fiscalização e por ela registrados no livro de ocorrências diárias.

§ 7º O prazo de garantia dos serviços e dos materiais utilizados não poderá ser inferior a 05 (cinco) anos, contados do recebimento definitivo, nos termos do art. 618 da Lei nº 10.406/02 (Código Civil).

§ 8º Os profissionais deverão ser apresentados devidamente uniformizados, portando crachás de identificação funcional da empresa contratada, com foto recente e nome do funcionário.

§ 9º A execução e a operação dos serviços, provisórios e definitivos, deverão ser realizadas de modo a não interferir, desnecessária e indevidamente, no acesso e/ou uso de vias e de bens públicos ou de bens particulares.

§ 10 Caberá à empresa CONTRATADA, desde o início e até a entrega dos trabalhos a ela adjudicados, a manutenção e a segurança de todos os serviços realizados.

§ 11 Caberá à conta da CONTRATADA ou de seu segurador a reparação de danos causados a terceiros em decorrência dos serviços.

§ 12 Correrão à conta da CONTRATADA todas as despesas relativas à proteção, sinalização, tapumes e vigilância dos serviços, provisórias e permanentes, até o recebimento definitivo dos serviços pelo TRT.

§ 13 Os funcionários da CONTRATADA deverão desempenhar as atividades de acordo com a função inicialmente informada à fiscalização.

§ 14 A CONTRATADA deverá executar os serviços com funcionários compatíveis com a atividade (eletricista, pedreiro, carpinteiro, soldador, etc.). No caso de serviços que exijam funcionários especializados (ex: impermeabilização, cabeamento estruturado, instalação de transformador e grupo moto-gerador, elevadores, bombas, etc.) deverá ser apresentada comprovação de aptidão técnica para execução do serviço (ex.: registros anteriores em Carteira de Trabalho, certificado de treinamento expedido pelo fabricante do produto).

§ 15 Durante a vigência da contratação será permitida a cessão ou transferência, total ou parcial, de cotas do capital social da licitante vencedora, bem como a sua fusão, cisão ou incorporação com outrem.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 5969/2013
Tomada de Preços nº 06/2013
Contrato nº 66/2013**

§ 16 A CONTRATADA deverá encaminhar cópia autenticada das alterações mencionadas no parágrafo anterior à Diretoria-Geral de Coordenação Administrativa deste Tribunal, no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, a contar do seu registro no respectivo órgão § 15

§ 17 No caso de fusão, cisão, incorporação com outrem, cessão ou transferência total de cotas do capital social, a licitante vencedora deverá comprovar as mesmas qualificações exigidas para fins de habilitação, no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, a contar do seu registro respectivo órgão.

§ 18 Não será mantido o presente instrumento, caso a licitante vencedora venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRT 24ª Região, nos termos do art. 3º da Resolução nº 07/2005, atualizada com a redação dada pela Resolução nº 09/2005, do Conselho Nacional de Justiça.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será permitida a subempreita total dos serviços. Todavia será permitido fazê-la até o percentual de 40% (quarenta por cento) do valor global do contrato mediante a autorização prévia do TRT 24ª Região, permanecendo a empresa contratada responsável direta e exclusivamente pela fiel observância das obrigações contratuais.

§ 1º As informações relativas às empresas subcontratadas deverão ser informadas ao fiscal do contrato com antecedência e por escrito para aprovação, observado sempre o limite autorizado.

§ 2º A regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da subcontratada deverá ser comprovada mediante a apresentação dos documentos exigidos para habilitação da contratada por ocasião da licitação.

§ 3º Se autorizada a efetuar a subcontratação de parte dos serviços, a empresa contratada realizará a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responderá perante o TRT 24ª Região pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

1. realizar todos os serviços necessários para a consecução do objeto desta licitação obedecendo às legislações municipal, estadual e federal referentes às edificações e meio ambiente e às Normas Técnicas pertinentes ao objeto deste contrato (ABNT, Prefeitura Municipal, Corpo de Bombeiros, Concessionárias de Água, Energia elétrica, Esgoto, Telefonia, etc.);



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 5969/2013
Tomada de Preços nº 06/2013
Contrato nº 66/2013**

2. executar os serviços rigorosamente de acordo com os projetos, plantas, especificações e métodos aprovados pelo órgão competente, dando-lhes um desenvolvimento que permita o integral cumprimento do cronograma físico-financeiro e do prazo total previsto;

3. acompanhar os serviços por intermédio de um engenheiro/arquiteto devidamente credenciado;

4. manter, em período integral, no local de execução dos serviços, os profissionais indicados na Planilha de Quantitativos e Custos Unitários;

5. manter, no local da realização dos serviços, os técnicos e a mão de obra necessários à sua perfeita execução;

6. respeitar rigorosamente no que se refere a todos os seus empregados utilizados na realização dos serviços a legislação vigente sobre trabalho, tributos, previdência social, acidentes de trabalho e outros, por cujo ônus e encargos responderá unilateralmente em toda a sua plenitude;

7. fornecer e utilizar os equipamentos mais adequados à obtenção do melhor resultado técnico e do maior rendimento possível;

8. manter, na forma da lei, seguro obrigatório contra acidentes de trabalho correndo à sua conta todas as despesas por ele não cobertas;

9. cumprir todas as exigências das leis e normas de segurança e higiene do trabalho, fornecendo aos funcionários os equipamentos de segurança e de prevenção de acidente de trabalho, não sendo permitida a presença, no local dos serviços, de operários com bermudas, chinelos e sem camisa. Aplicar, quando couber, as Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho - NR's, publicadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Complementarmente, devendo ser tomadas outras medidas preventivas necessárias para evitar acidentes de trabalho e para garantir a segurança individual e coletiva das pessoas envolvidas na obra, inclusive de vizinhos e de terceiros;

10. manter, no local dos serviços, as instalações que se façam necessárias ao controle técnico e à estocagem de materiais perecíveis, tais como escritório, depósito, etc.;

11. manter, no local dos serviços, o Livro de Ordem (Diário de Obra), no qual constarão todas as ocorrências a ela relativas, tais como quantidade de operários, serviços realizados, dias de chuvas, etc.;

12. submeter à apreciação da fiscalização, para aprovação, toda e qualquer compra de materiais de acabamento, tais como louças, metais, ferragens, pisos, azulejos, esquadrias de madeira, tintas e hidráulicos, sob pena de recusa quando da sua aplicação na realização dos serviços;

13. providenciar perante o CREA/MS ou CAU/MS as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registros de Responsabilidade Técnica (RRT) referentes ao objeto da contratação, às especialidades pertinentes e aos projetos complementares (caso



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 5969/2013
Tomada de Preços nº 06/2013
Contrato nº 66/2013**

necessário), nos termos da Lei nº 6.496/77, bem como efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato;

14. apresentar, no prazo de 07 (sete) dias a contar do início dos serviços, lista contendo os nomes de todos os empregados que participarão da execução dos serviços, indicando as suas funções e a forma de contratação de cada um deles, se por tempo determinado ou indeterminado, bem como comunicar a ocorrência de mudança de empregado indicado na lista ou a inclusão de outro(s);

15. apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento provisório dos serviços: i) a quitação dos créditos trabalhistas dos empregados contratados por prazo determinado para a execução dos serviços objeto da presente contratação, e dos respectivos comprovantes fiscal e previdenciário; ii) a apresentação do pagamento da remuneração e do recolhimento previdenciário e fiscal em relação ao trabalhador cuja contratação vigore por prazo indeterminado; iii) a certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra (CEI / INSS); iv) a carta habite-se, emitida pela prefeitura local;

16. providenciar caçambas para retirada de entulhos e para armazenamento de materiais diversos, devendo a empresa contratada observar as condições das legislações pertinentes ao armazenamento e disposição destas caçambas;

17. apresentar à fiscalização da obra, após concluídos os serviços e antes do pedido de "recebimento provisório", desenhos, pranchas, detalhamentos, especificações dos materiais empregados atualizados, ou seja, "como construído" (as built). Todos estes itens devem ser fornecidos por meio de uma cópia impressa de todos os projetos atualizados e um disco óptico, CD-ROM, com os respectivos arquivos digitais, de preferência em dwg;

18. manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;

19. apresentar, à fiscalização, os manuais de instrução e os certificados de garantia dos fabricantes dos equipamentos aplicados na obra;

20. observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do Contrato, inclusive por suas subcontratadas e fornecedores;

21. apresentar até 90 (noventa) dias após o início da prestação dos serviços o Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO) e o Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho (PCMAT), de acordo com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, sendo elaborado e assinado por profissional habilitado e registrado.

22. promover a capacitação dos empregados alocados à execução do serviço contratado em saúde e segurança no trabalho, dentro da jornada de trabalho observada a carga horária mínima de duas horas mensais, com ênfase na prevenção de



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 5969/2013
Tomada de Preços nº 06/2013
Contrato nº 66/2013**

acidentes, de acordo com a Resolução nº 98, de 20 de abril de 2012, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;

23. Manter, sem prejuízo da legislação e das normas vigentes que amparam as contratações de serviços pela Administração Pública, de acordo com a Resolução nº 103, de 25 de maio de 2012, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, o que poderá ser verificado constantemente durante toda a vigência do contrato, sob pena de rescisão contratual, as seguintes condições:

24. obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego;

25. fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE;

26. elaborar e implementar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, de acordo com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego;

27. elaborar e implementar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego e dos artigos 4º e 5º da Resolução CSJT nº 84, de 23 de agosto de 2011;

28. não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Portaria nº 540/2004;

29. não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos 29 e 105;

30. aderir, por meio de cláusula contratual, ao Programa Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho - Programa Trabalho Seguro, instituído no âmbito da Justiça do Trabalho, voltado à promoção da saúde do trabalhador, à prevenção de acidentes de trabalho e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho - PNSST, nos termos da Resolução nº 96, de 23 de março de 2012, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;

31. aderir, por meio de cláusula contratual, ao "Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho", firmado entre o Governo Federal e as entidades patronais e representativas dos trabalhadores no dia 1º de março de 2012, visando à aplicação e efetividade das Diretrizes nele estabelecidas;



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 5969/2013
Tomada de Preços nº 06/2013
Contrato nº 66/2013**

32. empregar egressos do sistema carcerário e/ou cumpridores de medidas ou penas alternativas em percentual não inferior a 2%, segundo o que preconiza as Resoluções nos 70 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e 114 do Conselho Nacional de Justiça;

§ 1º A CONTRATADA fica obrigada a fornecer apresentação da lista dos empregados, conforme previsto no item 14, e assim, sucessivamente, caso haja alteração/substituição.

§ 2º A empresa contratada deverá apresentar os recibos de recolhimento do INSS e do FGTS e de pagamento das remunerações dos trabalhadores vinculados ao contrato, a cada período de 30 (trinta) dias.

§ 3º A empresa contratada deverá apresentar dos créditos trabalhistas dos empregados contratados por prazo determinado para a execução da obra objeto da presente contratação, e dos respectivos comprovantes fiscais e previdenciários, bem como a apresentação do pagamento da remuneração e do recolhimento previdenciário e fiscal em relação ao trabalhador cuja contratação vigore por prazo indeterminado e assinar o Termo de Recebimento Provisório.

§ 4º O uso indevido de marcas e de patentes, na execução das obras e dos serviços, será de exclusiva responsabilidade da empresa contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DEVERES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

1. fornecer as orientações, dados e informações técnicas de sua responsabilidade, necessárias à prestação dos serviços contratados, inclusive procedimentos executivos e especificações técnicas, e prestar quaisquer esclarecimentos adicionais relevantes ao cumprimento adequado do contrato.

2. acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como atestar na nota fiscal/fatura a efetiva realização dos serviços executados por meio de representante designado, denominado fiscal de contrato.

3. efetuar o pagamento à empresa contratada após o atesto das respectivas notas fiscais/faturas, nos prazos e condições estabelecidos em contrato.

4. Aplicar à empresa contratada as penalidades regulamentares e contratuais, quando cabíveis.

5. manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações.

6. realizar a fiscalização dos serviços sem prejuízo da total responsabilidade da empresa contratada perante o TRT 24ª Região ou para com terceiros.

7. autorizar o início da prestação dos serviços pela empresa contratada, mediante a emissão da respectiva Ordem de Início dos Serviços, que se dará após a



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 5969/2013
Tomada de Preços nº 06/2013
Contrato nº 66/2013**

apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) do profissional responsável técnico.

8. receber os serviços mediante a emissão de termos circunstanciados e em conformidade com as condições estabelecidas neste Projeto Básico e com a legislação vigente.

9. fiscalizar a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas da empresa contratada por ocasião da licitação.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Por meio de Portaria o TRT 24ª Região designará servidores para o acompanhamento e a fiscalização da contratação, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

§ 1º A Fiscalização deverá realizar, dentre outras, as seguintes atividades que delimitam as suas obrigações e estabelecem as suas prerrogativas:

a. esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas nas especificações, normas técnicas e demais elementos fornecidos pelo TRT 24ª Região, bem como fornecer informações e instruções necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos;

b. fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela empresa contratada no que diz respeito à adequada e integral prestação dos serviços e ao pleno atendimento às normas de fiscalização, segurança e saúde do trabalho;

c. paralisar a execução ou solicitar a reexecução de qualquer serviço que não seja realizado em conformidade com as especificações, normas técnicas ou qualquer disposição oficial aplicável ao objeto do contrato;

d. exercer rigoroso controle sobre o cronograma de serviços, aprovando os eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos trabalhos;

e. aprovar partes, etapas ou a totalidade dos serviços prestados; verificar e atestar as respectivas medições, bem como conferir, vistar e encaminhar, para pagamento, as faturas emitidas pela empresa contratada;

f. solicitar a substituição de qualquer funcionário da empresa contratada ou de suas subcontratadas que embarace ou dificulte a ação da fiscalização, que desrespeite ou descumpra as Normas de Segurança e Saúde no Trabalho ou cuja presença no local dos serviços seja considerada inadequada ou prejudicial ao andamento dos trabalhos;

g. promover reuniões periódicas para análise e discussão sobre o andamento dos serviços, esclarecimentos e providências necessárias ao cumprimento do contrato.

h. acompanhar a regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da empresa contratada, a qual deverá ser certificada nos autos, quando, da época do pagamento, mediante a juntada do documento extraído do SICAF ou de todas as certidões devidamente válidas.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 5969/2013
Tomada de Preços nº 06/2013
Contrato nº 66/2013**

§ 2º As atribuições do fiscal estão descritas no artigo 4º do ATO GP/DGCA Nº 72/2004, alterada pela PORTARIA TRT/GP/DGCA Nº 758/2009.

§ 3º A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

§ 4º O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 5º As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas os seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS NORMAS GERAIS DE FISCALIZAÇÃO

Durante a prestação dos serviços objeto do contrato deve-se obedecer às seguintes normas e condições de fiscalização:

§ 1º O TRT 24ª Região manterá, desde o início dos serviços até o término do contrato, no exercício da fiscalização um profissional habilitado com formação específica na área de Engenharia/Arquitetura.

§ 2º A CONTRATADA deverá facilitar a ação da fiscalização permitindo o acesso a todos os locais onde estejam sendo realizados trabalhos, estocados materiais, ferramentas e equipamentos relativos aos serviços, inclusive aqueles de propriedade de terceiros, bem como atendendo prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas.

§ 3º Os representantes da fiscalização deverão dirigir as suas determinações e instruções diretamente ao responsável técnico da empresa contratada ou ao seu preposto, sendo vedado ao TRT 24ª Região e aos seus representantes exercer poder de mando sobre os empregados da empresa contratada.

§ 4º A correspondência entre a fiscalização e a CONTRATADA será realizada através de correspondência oficial.

§ 5º A fiscalização deverá confirmar ou retificar os registros realizados pela empresa contratada no Livro de Ordem (Diário de Obra).

LIVRO DE ORDEM

I. Compõe os documentos necessários para realização e pagamento das medições;

II. Deverá ser preenchido diariamente;

III. Deve constar as ocorrências (chuva, atraso de materiais, acidentes de trabalho, ausência de funcionário em um período do dia, hora-extra, paralisação a pedido do



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 5969/2013
Tomada de Preços nº 06/2013
Contrato nº 66/2013**

Tribunal, etc.), os serviços executados e o nome dos funcionários que trabalharam durante o expediente;

IV. Os dias não trabalhados deverão ser anotados, para controle da fiscalização;

V. O Engenheiro/Arquiteto da empresa contratada, que acompanhará a execução dos serviços, deverá assinar o Livro de Ordem (Diário de Obra), semanalmente, na ocasião da vistoria à obra.

§ 1º Nenhum trabalho adicional ou modificação das especificações e demais elementos fornecidos pelo TRT 24ª Região será efetivado pela empresa contratada sem a prévia e expressa autorização da fiscalização, respeitadas todas as disposições e condições estabelecidas no contrato.

§ 2º A solicitação de compatibilidade de métodos e procedimentos executivos com as especificações, normas técnicas e demais elementos relativos aos serviços objeto do contrato, deverá ser enviada à fiscalização por ofício, acompanhado por laudo técnico.

§ 3º Qualquer auxílio prestado pela fiscalização na interpretação de especificações, normas técnicas e demais elementos fornecidos pelo TRT 24ª Região, bem como na condução dos trabalhos, não poderá ser invocado para eximir a empresa contratada da responsabilidade pela prestação dos serviços.

§ 4º As exigências da fiscalização relativas à instalação, colocação, emprego ou utilização de equipamentos de proteção individual, coletiva e ambiental ou de outros que julgar necessários não acarretará acréscimos aos preços propostos.

§ 5º A fiscalização não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da empresa contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou empresas e profissionais subcontratados.

§ 6º A CONTRATADA deverá fornecer, sempre que solicitado pelo TRT 24ª Região ou pelos seus representantes, documentos que comprovem a manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, bem como aqueles que comprovem a regularidade de situação dos seus empregados e dos empregados de suas subcontratadas envolvidos com a prestação dos serviços.

§ 7º A obrigação que tem o TRT 24ª Região de acompanhar e de fiscalizar a realização dos serviços em nada diminui ou exclui a responsabilidade da empresa contratada, quer seja por danos causados direta ou indiretamente ao TRT ou a terceiros, quer motivados por sua culpa ou dolo, ou pela falta de recolhimentos fiscais, trabalhistas ou previdenciários incidentes sobre o contrato firmado.

§ 8º O TRT será representado, no local da realização dos serviços, por seus fiscais.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 5969/2013
Tomada de Preços nº 06/2013
Contrato nº 66/2013**

§ 9º A ocorrência de obstáculos ou imprevistos, durante a execução dos serviços, obrigará a empresa contratada a fazer comunicação escrita dos fatos, cabendo à fiscalização sobre eles opinar e à autoridade competente do TRT 24ª Região tomar a decisão final.

§ 10 A fiscalização, ante qualquer evento que configure inoperância, desleixo, incapacidade, falta de exatidão ou ato desabonador, poderá determinar o afastamento de preposto ou de qualquer empregado da empresa contratada.

§ 11 Compete à fiscalização resolver as dúvidas e os problemas expostos pela empresa contratada.

§ 12 A CONTRATADA poderá discordar de qualquer ato da fiscalização do TRT 24ª Região, devendo manifestar-se, por escrito, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da ocorrência do ato questionado, caracterizando assim uma "divergência".

§ 13 Recebida a "divergência" pela fiscalização, esta, no prazo de 3 (três) dias úteis, manterá ou reconsiderará a decisão.

§ 14 Mantida a "divergência", a empresa contratada poderá recorrer à Diretoria-Geral de Coordenação Administrativa do TRT/24ª Região, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da divulgação da decisão, que terá o mesmo prazo para apreciar a matéria e resolver a pendência.

§ 15 A existência de uma "divergência" não poderá, em nenhuma hipótese, justificar a paralisação, pela empresa contratada, dos serviços que lhes foram adjudicados, ressalvada a etapa de serviço que deu origem à questão.

§ 16 Será admitida a substituição do Engenheiro/Arquiteto responsável técnico da Contratada por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que por ela justificado e aprovado pelo TRT/24ª Região, devendo a empresa contratada apresentar a Certidão de Registro no CREA ou CAU, nos termos do edital da licitação

§ 17 A CONTRATADA deverá informar por escrito, ao fiscal do contrato, o profissional habilitado que acompanhará a execução dos serviços, sendo que as vistorias deverão ser realizadas somente por esse profissional. Caso haja substituição, informar e solicitar autorização à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS NORMAS DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

A CONTRATADA e suas subcontratadas deverão manter seus funcionários uniformizados (calça comprida e camisa de manga ou macacão e bota de couro) e com identificação visível na forma de crachá, com dados básicos (nome, cargo/função, documento de identidade, etc.) e fotografia digital recente.

§ 1º A CONTRATADA e as suas subcontratadas deverão fornecer aos seus funcionários todos os equipamentos de proteção individual exigidos pela NR 6 – Equipamentos



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 5969/2013
Tomada de Preços nº 06/2013
Contrato nº 66/2013**

de Proteção Individual (EPI), tais como: capacetes e óculos de segurança, máscaras, respiradores, protetores faciais e auditivos, luvas, calçados e cintos de segurança, de conformidade com a natureza dos serviços em execução.

§ 2º A CONTRATADA e as suas subcontratadas deverão garantir a instrução e o treinamento apropriados dos seus funcionários sobre o uso e as limitações dos EPI's, assim como providenciar a sua guarda, conservação e higienização adequadas.

§ 3º A CONTRATADA e as suas subcontratadas deverão manter todas as ferramentas e equipamentos necessários a execução dos serviços em perfeitas condições de uso, inclusive através da realização de manutenções periódicas, e deverá substituir ou corrigir aqueles danificados, estragados, incompletos, inseguros, deficientes ou inoperantes, imediatamente após constatado o problema.

§ 4º Caberá à CONTRATADA comunicar à fiscalização e, nos casos de acidentes, à autoridade competente, da maneira mais detalhada possível, por escrito, todo tipo de acidente que ocorrer durante a prestação dos serviços, inclusive princípios de incêndio.

§ 5º A CONTRATADA e as suas subcontratadas deverão observar as normas de segurança e de saúde no trabalho estabelecidas em outras disposições legais Federais, Estaduais e Municipais pertinentes, e não constantes deste Projeto Básico, responsabilizando-se por eventuais processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas na execução dos trabalhos ou na utilização de materiais, ferramentas e equipamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O valor do presente contrato é de **R\$ 1.005.226,58 (um milhão, cinco mil, duzentos e vinte e seis reais e cinquenta e oito centavos)**.

§ 1º As medições serão realizadas a cada período de 30 dias.

§ 2º Os pagamentos correspondentes serão efetuados mensalmente pelo CONTRATANTE, mediante ordem bancária, no prazo de 30 (trinta) dias consecutivos após o término de cada parcela, com recebimento e a liquidação da nota fiscal/fatura, com base nas medições referentes aos serviços executados, cujas planilhas deverão ser vistas pela CONTRATADA, observado que deverá ser apresentado o Livro de Ordem (Diário de Obras) referente ao período, conforme modelo constante do edital.

§ 3º Sobre o valor faturado será retido na fonte o correspondente ao Imposto sobre a Renda, à Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, à Contribuição para a Seguridade Social - COFINS e à Contribuição para o PIS/PASEP, conforme disposição legal. Os impostos a serem retidos deverão ser especificados no corpo da nota fiscal, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

§ 4º As empresas optantes pelo SIMPLES (Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) não sofrerão a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Processo nº 5969/2013
Tomada de Preços nº 06/2013
Contrato nº 66/2013

retenção na fonte dos valores acima citados, devendo apresentar, para fins de comprovação da condição de optante, cópia do termo de opção, conforme disposição legal, com a nota fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, ocasionados por negligência por parte do Tribunal, **devidamente comprovada**, e desde que tal fato não seja motivo de força maior, o valor devido será acrescido de atualização financeira, apurada a partir do término do prazo estabelecido no § 2º da cláusula anterior até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 6% ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{TX}{100}$$
$$365$$
$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

- I = Índice de atualização financeira;
- TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os preços dos serviços não serão reajustados.

§ 1º Será admitida atualização do valor contratado, desde que justificável, com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do artigo 65, II, "d", da Lei 8.666/93, observando o disposto no parágrafo seguinte.

§ 2º As eventuais solicitações deverão se fazer acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém, de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato, mediante a comprovação dos preços praticados no mercado.

§ 3º Durante a vigência do presente contrato é vedada, a qualquer título, a indexação de preços por índices gerais, setoriais ou que reflitam variação de custos.

§ 4º A contagem do prazo para a concessão do reajuste dar-se-á a partir da data limite para a apresentação da proposta, na licitação.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Processo nº 5969/2013
Tomada de Preços nº 06/2013
Contrato nº 66/2013

§ 5º As bases e as condições gerais para o reajuste de preços são as disciplinadas na "Norma para Reajuste de Preços de Contratos", contida no Decreto no 1.054, de 07.02.94.

§ 6º O reajuste, caso aplicável (prazo superior a 12 meses), dar-se-á mediante a aplicação do INCC - Índice Nacional da Construção Civil, ou outro Índice Regional correspondente que venha a ser criado pelo Governo para substituí-lo, somente sobre os valores das parcelas contratualmente vincendas e representará a quantia que deverá ser acrescida ou deduzida daquelas importâncias em consequência da variação do índice de preços definido.

§ 7º O índice de preços inicial (Io) será correspondente ao do mês da apresentação da PROPOSTA e para os aditamentos o (Io) será o correspondente ao mês da apresentação da proposta ou do orçamento

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I) Unilateralmente pelo CONTRANTE:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de etapa(s) de serviço(s) que compõe(m) a Planilha de Orçamento, a fim de melhor adequar o objeto às necessidades, observado o limite fixado no § 1º desta cláusula.

II) Por acordo entre as partes:

a) quando necessária a modificação do regime de execução dos serviços;

b) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de fatores supervenientes, mantido o valor inicial atualizado do contrato.

§ 1º A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, nos termos do art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93.

§ 2º As supressões, os acréscimos ou as modificações que resultarem em serviços complementares ou extraordinários serão objeto de termos aditivos ao contrato, respeitada a limitação fixada no parágrafo anterior e observado, quando for o caso, o disposto no art. 102, § 6º, inciso III da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012 – LDO 2013.

§ 3º Os preços unitários dos acréscimos de serviços e quantitativos em aditamentos serão aqueles constantes na planilha contratual.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 5969/2013
Tomada de Preços nº 06/2013
Contrato nº 66/2013**

§ 4º Nos casos de serviços não constantes na planilha contratada, o custo será apurado de acordo com a tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, mantido pela Caixa Econômica Federal ou, caso inexistente, será apurado por meio de pesquisa de mercado e atestado pela Administração.

§ 5º A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência estimado pelo CONTRATANTE não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

Os serviços, convenientemente limpo, já retirados os tapumes, as proteções, as sinalizações, etc., serão recebidos provisoriamente pelo servidor engenheiro do CONTRATANTE responsável pela fiscalização, ou, em seu afastamento e impedimento, pelo seu substituto, e pelo responsável técnico da empresa contratada, no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos da comunicação de conclusão pela CONTRATADA.

§ 1º O recebimento definitivo dar-se-á por Comissão ou servidor a ser designado pelo CONTRATANTE, em época oportuna, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no artigo 69 da Lei nº 8.666/93.

§ 2º No período de conservação obrigatória dos serviços realizados, serão executados os trabalhos de reparos, consertos, reconstrução, retificação e restauração de defeitos ou falhas verificadas pela fiscalização, correndo à conta da CONTRATADA todas as despesas decorrentes dessa atividade.

§ 3º O prazo máximo para o recebimento definitivo será de 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no edital e neste instrumento, nos termos do artigo 73, § 3º da Lei nº 8.666/93.

§ 4º O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços executados, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

Pelo atraso total da obra, a CONTRATADA estará sujeita à multa equivalente a 0,5% (meio por cento) do valor total do contrato, por dia que ultrapassar o respectivo prazo.

§ 1º Pela inexecução, erro de execução, imperfeição, mora na execução ou qualquer outra forma de inadimplemento contratual, a CONTRATADA, sem prejuízo de responsabilidade civil ou criminal que houver, estará sujeita às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, segundo a natureza e a gravidade da falta:

a) Advertência;



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 5969/2013
Tomada de Preços nº 06/2013
Contrato nº 66/2013**

b) Multa de até 10% (dez por cento) do valor total do contrato, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

c) Multa de até 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

d) Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com o CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será sempre concedida quando o CONTRATADO ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

§ 2º As multas por inexecução parcial ou total do objeto poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções, bem como com a multa pelo atraso na entrega dos serviços.

§ 3º A multa pelo atraso na entrega da obra será aplicada até o limite de 10% (dez por cento) do valor total da obra, o que não impedirá, a critério do CONTRATANTE, a aplicação das demais sanções legais cabíveis.

§ 4º Ocorrendo atraso na entrega dos serviços ou no caso de aplicação de multa por inexecução parcial ou total, o valor da multa correspondente será retido do pagamento e concedido prazos de defesa prévia e recurso, observando-se as disposições contidas nos artigos 87, § 2º e 109, inciso I, "f", da Lei nº 8.666/93.

§ 5º Decorridos os prazos de defesa prévia e de recurso e mantida a aplicação da multa, o valor correspondente será imediatamente recolhido à conta do Tesouro Nacional.

§ 6º A atuação irregular da CONTRATADA, no cumprimento das obrigações assumidas, acarretará a anotação das penalidades aplicadas no SICAF, e, no caso de impedimento de licitar e de contratar, o registro também na página eletrônica do CONTRATANTE (opção "Transparência").

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS RECURSOS

Os recursos contra punições impostas à CONTRATADA, na forma da Cláusula anterior, serão regidos pelos artigos 109 e 110 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, podendo a rescisão ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 do mesmo Diploma Legal.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Processo nº 5969/2013
Tomada de Preços nº 06/2013
Contrato nº 66/2013

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOS PRAZOS CONTRATUAIS

Na contagem dos prazos estabelecidos neste contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando explicitamente disposto em contrário.

Parágrafo único. Só se iniciam e vencem os prazos contratuais em dia de efetivo expediente no CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

Nos termos do artigo 61, parágrafo único, da Lei nº. 8.666/93, o CONTRATANTE providenciará a remessa de extrato deste contrato, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à sua assinatura, que indicará o nome dos contratantes, o objeto, o valor e a vigência da contratação, para publicação, às suas expensas, no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA– DO FORO

Fica eleito o foro desta cidade, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões relacionadas com o presente contrato que não puderem ser resolvidas pela via administrativa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

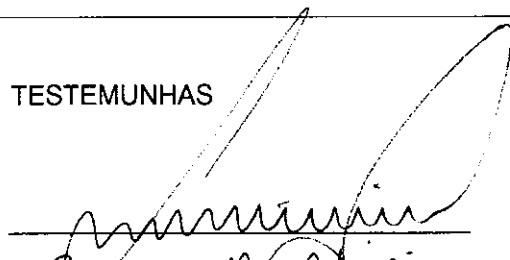
Declaram as partes que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

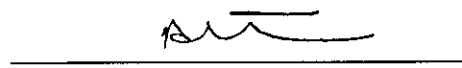
E, por assim estarem justas e contratadas, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Campo Grande-MS, 30 de dezembro de 2013.

 Des. FRANCISCO DAS CHAGAS LIMA FILHO Presidente do TRT 24ª Região	 JARY DE CARVALHO E CASTRO Técnica Engenharia Ltda.
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

TESTEMUNHAS


Geton M. Oliveira
Sec. - Executivo de
D.A.C.A.


ROBINSON ALT
NMP

**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

PROC. TRT nº 6.1405/2013. ESPÉCIE/OBJETO: Despesas com aquisição de armas não letais (dispositivos elétricos incapacitantes). CONTRATANTE: TRT/23ª Região. CONTRATADA: Condor S/A Indústria Química. CNPJ nº 30.092.431/0001-96. VALOR TOTAL: R\$ 23.643,00 (vinte e três mil, seiscentos e quarenta e três reais). FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 25, inciso I, da Lei 8.666/93. PROGRAMA DE TRABALHO: 02.061.0571.4256.0051 (apreciação de causas na Justiça do Trabalho). NATUREZA DA DESPESA: 449052.24 (equipamento de proteção, segurança e socorro). RATIFICAÇÃO: José Silva Barbosa, Diretor-Geral, em 27/12/2013.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**EXTRATOS DE CONTRATOS**

Proc. TRT nº 5.969/2013. Contrato nº 66/2013. Contratante: TRT 24ª Região. CNPJ 37.115.409/0001-63. Contratada: TEKNICA ENGENHARIA LTDA. EPP. CNPJ 26.854.026/0001-90. Objeto: prestação de serviços de engenharia para a execução da obra de construção do prédio-sede da Vara do Trabalho de Bataguassu. Vigência: a partir da Assinatura do contrato até adimplimento total das obrigações. Valor: R\$ 1.005.226,58. Licitação: Tomada de Preços nº 6/2013. PTRES 059.976. ND 4.4.90.51.91. Nota de Empenho: 2013NE001827. Data assinatura: 30.12.2013. Pelo TRT: Des. Francisco das Chagas Lima Filho, Presidente do TRT. Pela Contratada: Jary de Carvalho e Castro.

Proc. TRT nº 6.231/2013. Contrato nº 68/2013. Contratante: TRT 24ª Região. CNPJ 37.115.409/0001-63. Contratada: ELETROLINE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA. CNPJ 37.219.904/0001-12. Objeto: prestação de serviços de engenharia com o fornecimento de mão de obra e materiais, para adaptação de imóvel, onde será instalado um posto avançado da Justiça do Trabalho no município de Maracaju MS. Vigência: a partir da Assinatura do contrato até adimplimento total das obrigações. Valor: R\$ 67.326,86. Licitação: Tomada de Preços nº 7/2013. PTRES 059.979. ND 3.3.90.39.16. Nota de Empenho: 2013NE001852. Data assinatura: 30.12.2013. Pelo TRT: Des. Francisco das Chagas Lima Filho, Presidente do TRT. Pela Contratada: Gleibe Rosa Máximo.

Proc. TRT nº 5.465/2013. Contrato nº 67/2013. Contratante: TRT 24ª Região. CNPJ 37.115.409/0001-63. Contratada: ELETROLINE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA. CNPJ 37.219.904/0001-12. Objeto: prestação de serviços de engenharia para a execução do projeto de incêndio, correções de patologias construtivas e de alteração do layout no Fórum Trabalhista de Dourados MS. Vigência: a partir da Assinatura do contrato até adimplimento total das obrigações. Valor: R\$ 469.540,61. Licitação: Tomada de Preços nº 5/2013. PTRES 058.793 e 059.979. ND 3.3.90.39. Nota de Empenho: 2013NE001831 e 2013NE001832. Data assinatura: 30.12.2013. Pelo TRT: Des. Francisco das Chagas Lima Filho, Presidente do TRT. Pela Contratada: Gleibe Rosa Máximo.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Proc. 4.563/2012. Contratante: TRT/24ª Região. CNPJ nº 37.115.409/0001-63. Contratada: Elevance Comércio e Assistência Técnica em Elevadores Ltda. CNPJ nº 09.283.075/0001-00. Espécie: 1º termo aditivo ao Contrato nº 2/2013. Objeto: prorrogação do prazo de vigência do contrato. PTRES 059.979. ND 3.3.90.39.16 e 3.3.90.30.24, empenho para o exercício de 2014. Vigência: 11.1.2014 a 10.1.2015. Fundamento Legal: art. 57, II da Lei nº 8.666/93. Data assinatura: 19.12.2013. Pelo TRT: Gerson Martins de Oliveira, Secretário-Executivo da DGCA. Pela Contratada: Walber dos Santos Costa.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 1/2014 - UASG 080026

Nº Processo: 5979/2013. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviços de vigilância armada destinada ao prédio-sede da Vara do Trabalho de Rio Brilhante MS. Total de Itens Licitados: 00002. Edital: 07/01/2014 de 08h00 às 17h59. Endereço: Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira Nº 208 Jardim Veraneio - CAMPO GRANDE - MS. Entrega das Propostas: a partir de 07/01/2014 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 17/01/2014 às 10h00 site www.comprasnet.gov.br.

CARLOS ALBERTO BARLERA COUTINHO
Pregueiro

(SIDEC - 03/01/2014) 080026-00001-2014NE000005

JUSTIÇA FEDERAL 1ª REGIÃO SEÇÃO JUDICIÁRIA NA BAHIA**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 1/2014 - UASG 080012**

Nº Processo: 7.075/2013. Objeto: Pregão Eletrônico - Serviços de limpeza da Subseção Judiciária de T. de Freitas - Ba Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 06/01/2014 de 08h00 às 12h00 e de 12h às 17h00. Endereço: Av. Ulisses Guimarães, 2799 - Cab Centro Administrativo Sussuarana - SALVADOR - BA. Entrega das Propostas:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticador.html>, pelo código 00032014010600234

a partir de 06/01/2014 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 16/01/2014 às 14h00 site www.comprasnet.gov.br.

SOLONEY LOPES VALOIS
Pregueiro

(SIDEC - 03/01/2014) 090012-00001-2014NE000024

SEÇÃO JUDICIÁRIA NO MATO GROSSO DIRETORIA DO FORO**EXTRATOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

PROCESSO Nº 295/2013. ESPÉCIE: Contrato nº 089/2013. CONTRATANTE: Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso. OBJETO: Elaboração dos projetos básicos e executivos de arquitetura e projetos complementares da construção da sede da Subseção Judiciária de Juína/MT. FAVORECIDO: PLAN - Planejamento de Projetos Ltda. VIGÊNCIA: 17.12.2013 a 16.12.2014. VALOR GLOBAL: R\$ 93.251,36 (noventa e três mil, duzentos e cinquenta e um reais e trinta e seis centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: natureza da despesa 4490.51 - programa de trabalho: 069758. BASE LEGAL: Artigo 24, V, da Lei 8666/93 e Processo Administrativo nº 295/2013. DATA DE ASSINATURA: 17.12.2013. Assinado pelo Juiz Federal Diretor do Foro, Dr. PAULO CÉZAR ALVES SODRÉ, pela contratante, Sr. LUCAS COELHO DE ALMEIDA, pelo contratado. DECLARAÇÃO: Em 17 de dezembro de 2013, por Diretor da SECAD Maria Cecília Silva da Costa Custódio, RATIFICAÇÃO: Em 18 de dezembro de 2013, pelo, Diretor do Foro Dr. Paulo César Alves Sodré.

PROCESSO Nº 96/2013. ESPÉCIE: Contrato nº 093/2013. CONTRATANTE: Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso. OBJETO: Prestação de serviços de execução do projeto de prevenção e combate a incêndio do edifício sede da Subseção Judiciária de Barra do Garças/MT. FAVORECIDO: Eletro Tártari Ltda EPP. VIGÊNCIA: 31.12.2013 a 30.06.2014. VALOR GLOBAL: R\$ 63.492,23 (sessenta e três mil, quatrocentos e noventa e dois reais e vinte e três centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: natureza da despesa 3390.39 - programa de trabalho: 060014. BASE LEGAL: Artigo 24, V, da Lei 8666/93 e Processo Administrativo nº 96/2013. DATA DE ASSINATURA: 31.12.2013. Assinado pelo Juiz Federal Diretor do Foro, Dr. PAULO CÉZAR ALVES SODRÉ, pela contratante, Sra. ARLETE TEREZINHA DELLA TORRE TARTARI, pela contratada. DECLARAÇÃO: Em 31 de dezembro de 2013, por Diretora da SECAD Maria Cecília Silva da Costa Custódio, RATIFICAÇÃO: Em 31 de dezembro de 2013, pelo, Diretor do Foro Dr. Paulo César Alves Sodré.

EXTRATOS DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 605/2013. OBJETO: Emissão de empenho para cobrir despesas com aquisição de armas não letais - pistola de descarga elétrica SPARK 806. CONTRATADA: Condor S/A Indústria Química. VALOR: R\$ 29.439,00 (vinte e nove mil quatrocentos e trinta e nove reais). BASE LEGAL: Artigo 25, I, da Lei 8666/93. DECLARAÇÃO: Em 31 de dezembro de 2013, por Diretora da SECAD Maria Cecília Silva da Costa Custódio, RATIFICAÇÃO: Em 31 de dezembro de 2013, por, Diretor do Foro Paulo César Alves Sodré.

PROCESSO Nº 1356/2013. OBJETO: Emissão de empenho para cobrir despesas com treinamento dos agentes de segurança desta seccional para utilização de armas não letais - pistola de descarga elétrica SPARK 806. CONTRATADA: Instituto de Pesquisa, Ensino e Formação de Profissionais - IPEFP. VALOR: R\$ 10.873,00 (dez mil oitocentos e setenta e três reais). BASE LEGAL: Artigo 25, caput, da Lei 8666/93. DECLARAÇÃO: Em 30 de dezembro de 2013, por, Diretora da SECAD Maria Cecília Silva da Costa Custódio, RATIFICAÇÃO: Em 30 de dezembro de 2013, por, Diretor do Foro Paulo César Alves Sodré.

SEÇÃO JUDICIÁRIA EM MINAS GERAIS SECRETARIA ADMINISTRATIVA**EXTRATO DE CONTRATO**

ESPÉCIE: Contrato nº 095/2013. CONTRATANTE: União, por meio da Justiça Federal de Primeiro Grau em Minas Gerais. CONTRATADA: EXPEDITO FRANCISCO ROSA JUNIOR-ME. OBJETO: Fornecimento e instalação de aparelhos de ar condicionado na Justiça Federal em Divinópolis. VALOR: R\$ 10.200,00. VIGÊNCIA: De 20/12/2013 até o recebimento definitivo e pagamento do preço contratado. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: nota de empenho nº 2013NE003100, emitida em 18/12/2013, Programa de Trabalho Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional (PTRES 060014), natureza de despesa 3449052-12. BASE LEGAL: Processo Administrativo nº 4.980-2013-MG, Lei 8.666/93. DATA DE ASSINATURA: 20/12/2013. Assinado por: Diretor da Secretaria Administrativa, o Dr. Geraldo Caixeta de Oliveira, pela Contratante, e o Sr. Expedito Francisco Rosa Júnior, pela Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 034/2013 de serviços de conservação e limpeza na JFMG em Patos de Minas. CONTRATANTE: a União, por meio da Justiça Federal de Primeiro Grau em Minas Gerais. CONTRATADA: SETSYS SERVIÇOS GERAIS EIRELI. OBJETO: Acréscimo de um mensageiro 220 horas ao objeto

do contrato e adequação do mesmo às disposições da Resolução 169/CNJ, a partir de 07/01/2014. BASE LEGAL: Processo Administrativo nº 645/2013-MG e Lei 8.666/93. DATA DE ASSINATURA: 11/12/2013. Assinado por: Diretor da Secretaria Administrativa, o Dr. Geraldo Caixeta de Oliveira, pela Contratante, e o Sr. Márcio Fernando Lima de Oliveira, pela Contratada.

SEÇÃO JUDICIÁRIA NO PIAUÍ DIRETORIA DO FORO**EXTRATO DE CONTRATO**

Processo: 880/2013-JFPI. Contratante: União Federal, por meio da Justiça Federal de 1º Grau no Piauí. Contratado: J. V. N. Oliveira Mendes - ME. Espécie: Contrato nº 39/2013. Objeto: serviço especializado de engenharia civil para a reforma das instalações físicas do imóvel localizado às margens da rodovia BR-135, Km 49, na zona urbana do município de Corrente-PI, locado pela Justiça Federal - PI, para a implantação da Subseção Judiciária da Justiça Federal. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93, Decreto nº 92.100/95, Programa de Trabalho: 02.122.0569.3755.0001. Elemento de Despesa: 3390.39/16 - IVF. Valor Total: R\$ 360.784,16. Nota de Empenho: 2013NE001390. Data de assinatura: 27.12.2013. Assinam: Juiz Federal Sandro Helano Soares Santiago, Diretor do Foro em exercício, pela Contratante, e Joicy vandira Nascimento Oliveira Mendes, Contratada.

EXTRATOS DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo 1.474/2013-JFPI. Contratante: União Federal, por meio da Justiça Federal de 1º Grau no Piauí. Contratado: Revista dos Tribunais Ltda. Objeto: aquisição dos periódicos para atender parte da renovação do acervo da biblioteca da Seção Judiciária do Piauí. Fundamento Legal: art. 25, caput, da Lei 8.666/93, Decreto nº 92.100/95, Programa de Trabalho: 02.061.0569.4257.0001. Elemento de despesa: 3390.39. Valor Total: R\$ 10.546,00. Declaração de inexigibilidade: por Edvaldo Rodrigues da Silva - Diretor da Secretaria Administrativa. Ratificação: por Maria da Penha Gomes Fontenele Menezes - Juíza Federal Diretora do Foro, em exercício. Data da declaração e ratificação de licitação: 30.12.2014.

Processo: 1.474/2013-JFPI. Contratante: União Federal, por meio da Justiça Federal de 1º Grau no Piauí. Contratado: Editora Fórum Ltda. Objeto: aquisição dos periódicos para atender parte da renovação do acervo da biblioteca da Seção Judiciária do Piauí. Fundamento Legal: art. 25, caput, da Lei 8.666/93, Decreto nº 92.100/95, Programa de Trabalho: 02.061.0569.4257.0001. Elemento de despesa: 3390.39. Valor Total: R\$ 918,00. Declaração de inexigibilidade: por Edvaldo Rodrigues da Silva - Diretor da Secretaria Administrativa. Ratificação: por Maria da Penha Gomes Fontenele Menezes - Juíza Federal Diretora do Foro, em exercício. Data da declaração e ratificação de inexigibilidade de licitação: 30.12.2014.

Processo: 1.474/2013-JFPI. Contratante: União Federal, por meio da Justiça Federal de 1º Grau no Piauí. Contratado: IOB - Informações Objetivas e Publicações Jurídicas Ltda. Objeto: aquisição dos periódicos para atender parte da renovação do acervo da biblioteca da Seção Judiciária do Piauí. Fundamento Legal: art. 25, caput, da Lei 8.666/93, Programa de Trabalho: 02.061.0569.4257.0001. Elemento de despesa: 3390.39. Valor Total: R\$ 882,00. Declaração de inexigibilidade: por Edvaldo Rodrigues da Silva - Diretor da Secretaria Administrativa. Ratificação: por Maria da Penha Gomes Fontenele Menezes - Juíza Federal Diretora do Foro, em exercício. Data da declaração e ratificação de inexigibilidade de licitação: 30.12.2014.

Processo: 1.474/2013-JFPI. Contratante: União Federal, por meio da Justiça Federal de 1º Grau no Piauí. Contratado: Oliveira Rocha Comércio e Serviços Ltda Editora Dialética. Objeto: aquisição dos periódicos para atender parte da renovação do acervo da biblioteca da Seção Judiciária do Piauí. Fundamento Legal: art. 25, caput, da Lei 8.666/93, Programa de Trabalho: 02.061.0569.4257.0001. Elemento de despesa: 3390.39. Valor Total: R\$ 7.224,00. Declaração de inexigibilidade: por Edvaldo Rodrigues da Silva - Diretor da Secretaria Administrativa. Ratificação: por Maria da Penha Gomes Fontenele Menezes - Juíza Federal Diretora do Foro, em exercício. Data da declaração e ratificação de inexigibilidade de licitação: 30.12.2014.

SEÇÃO JUDICIÁRIA EM RONDÔNIA**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 1/2014 - UASG 090025**

Nº Processo: 238/2013. Objeto: Pregão Eletrônico - Transporte de mudanças Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 06/01/2014 de 08h00 às 15h00. Endereço: Avenida Presidente Dutra N. 2203 Centro - PORTO VELHO - RO. Entrega das Propostas: a partir de 06/01/2014 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Contratação de empresa destinada ao transporte ditos dos bens relacionados no rol de bens a serem transportados, conforme item II do Termo de Referência

VANESSA MONTEIRO ROCHA
Pregueira

(SIDEC - 03.01.2014) 090025-00001-2013NE000128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24.08.2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.